



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I- CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ALLANE KELLY LIMA FIGUEIREDO

**PERCEPÇÕES SOB A PRÁTICA DA *ACCOUNTABILITY* NO TERCEIRO SETOR:
UMA ANÁLISE SOBRE AS PRESTAÇÕES DE CONTAS DA PARÓQUIA
SANTÍSSIMA TRINDADE DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB**

**CAMPINA GRANDE- PB
2017**

ALLANE KELLY LIMA FIGUEIREDO

**PERCEPÇÕES SOB A PRÁTICA DA *ACCOUNTABILITY* NO TERCEIRO SETOR:
UMA ANÁLISE SOBRE AS PRESTAÇÕES DE CONTAS DA PARÓQUIA
SANTÍSSIMA TRINDADE DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do Grau de Bacharel.

Área de concentração: Terceiro Setor.

Orientador: Prof. Esp. Emmanuel do Nascimento Sousa.

**CAMPINA GRANDE- PB
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F475p Figueiredo, Allane Kelly Lima.

Percepções sob a prática da accountability no terceiro setor [manuscrito] : uma análise sobre as prestações de contas da paróquia santíssima trindade da cidade de Campina Grande - PB / Allane Kelly Lima Figueiredo. - 2017.

30 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Prof. Esp. Emmanuel do Nascimento Sousa, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."

1. Accountability. 2. Gestão fiscal. 3. Terceiro setor. 4. Prestação de conta. 5. Transparência financeira.

21. ed. CDD 657.832

ALLANE KELLY LIMA FIGUEIREDO

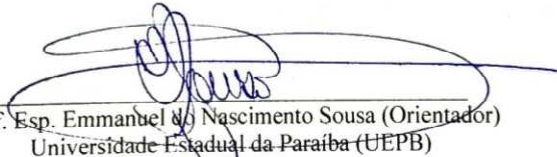
PERCEPÇÕES SOB A PRÁTICA DA *ACCOUNTABILITY* NO TERCEIRO SETOR:
UMA ANÁLISE SOBRE AS PRESTAÇÕES DE CONTAS DA PARÓQUIA
SANTÍSSIMA TRINDADE DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE- PB

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento do Curso
de Ciências Contábeis da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do Grau de Bacharel
em Ciências Contábeis.


Área de concentração: Terceiro Setor.

Aprovada em: 06 / 12 / 2017.


BANCA EXAMINADORA



Prof. Esp. Emmanuel do Nascimento Sousa (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Esp. Claudio de Oliveira Leôncio Pinheiro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Esp. José Luís de Sousa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me guiado e ter me dado força e fé para continuar nessa caminhada. Aos meus pais que sempre acreditaram e investiram na minha educação, para que eu conseguisse realizar os meus sonhos e sempre acreditando em meu potencial.

Ainda, aos poucos e grandes amigos que conquistei ao longo da minha vida, que sempre me ajudaram a enfrentar as dificuldades e a festejar as alegrias e conquistas.

Continuo ainda os meus votos de gratidão ao meu orientador Professor Esp. Emmanuel do Nascimento Sousa, que se dispôs a me auxiliar com todo o carinho, paciência e atenção para a construção e concretização de um trabalho com êxito e resultados positivos.

Agradeço também aos representantes da Paróquia Santíssima Trindade, e em especiais ao Pe. Leonildo (Léo) e a Hilma Ribeiro, que juntos me permitiram atuar como pesquisadora, dando-me a liberdade para executar as minhas atividades na entidade e na colaboração da coleta do material da pesquisa.

E por fim, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para o meu crescimento acadêmico e profissional.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	05
2	REFERENCIAL TEORICO.....	07
2.1	Terceiro Setor.....	07
2.2	Instituições Religiosas.....	08
2.3	Prestação de Contas.....	10
2.4	A importância do <i>Accountability</i> no Terceiro Setor	11
3	METODOLOGIA.....	12
4	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	14
4.1	Características do Campo de Estudo.....	14
4.2	Caracterizações do Perfil dos Paroquianos.....	15
4.3	Informações sobre a <i>accountability</i> na Prestação de Contas.....	17
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
	REFERÊNCIAS	28
	APÊNDICE A – QUESTIONARIO PAROQUIANOS.....	31
	APÊNDICE B – QUESTIONARIO PARÓQUIA.....	33

PERCEPÇÕES SOB A PRÁTICA DA *ACCOUNTABILITY* NO TERCEIRO SETOR: UMA
ANÁLISE SOBRE AS PRESTAÇÕES DE CONTAS DA PARÓQUIA SANTÍSSIMA
TRINDADE DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE- PB

¹FIGUEIREDO, Allane K. Lima

RESUMO

Diante do surgimento e crescente aumento na quantidade de entidades do Terceiro Setor no Brasil e considerando sua relevância social, estas entidades tornaram-se objeto de inúmeras discussões, em vários contextos. Frente ao cenário operacional, faz-se necessário estudos específicos, sendo a prática da *Accountability* no Terceiro Setor, a motivação de analisar as prestações de contas apresentadas pela Paróquia da Santíssima Trindade, na cidade de Campina Grande-PB, no intuito de verificar a realização dessa prática. A presente pesquisa tem como objetivos específicos levantar informações e constatar se há preocupação com a transparência na elaboração, organização e divulgação dos dados; identificar os elementos que favorecem a transparência e, assim, poder compreender se a prática da *Accountability* está sendo executada pela Paróquia, além de verificar a percepção dos paroquianos em relação ao processo da transparência nas informações prestadas. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, quanto aos procedimentos técnicos como bibliográfica e quanto à abordagem do problema, de natureza qualitativa e quantitativa. Para atingir os objetivos da pesquisa no estudo de caso e análise de dados, foram aplicados questionários que indicaram, em seus resultados, que há por parte da entidade pesquisada a preocupação com a transparência nas prestações de contas apresentadas em comunicação verbal, porém carecendo de um local mais adequado para divulgação dos relatórios de forma afixada. Os fiéis entrevistados concordam que há uma boa prestação de contas e que os recursos estão sendo corretamente investidos, e acreditam na relevância da transparência para subsidiar as atividades da entidade.

Palavras-Chave: *Accountability*; Prestação de Contas; Terceiro Setor.

1 INTRODUÇÃO

Segundo OLAK e NASCIMENTO (2010, p. 17), “as entidades sem fins lucrativos têm um papel claro a desempenhar na comunidade a que servem: provocar mudanças sociais”. As entidades do Terceiro Setor são cada vez mais relevantes para as sociedades em desenvolvimento pois, historicamente, elas surgiram na tentativa de atender as demandas que o Primeiro Setor e o Segundo Setor não foram capazes de suprir de forma integral.

Diante da relevância dessas entidades surge à necessidade de estudá-las. Assim, o Terceiro Setor tornou-se objeto de estudos acadêmicos. A Contabilidade é uma das Ciências que se propõe a estudar sobre a temática, com a finalidade de produzir e fornecer informações

¹ Aluno (a) de Graduação em Ciências Contábeis na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
E-mail: allane_klf@hotmail.com

fidedignas na aplicação dos recursos e dos resultados obtidos por essas entidades sem fins lucrativos.

As instituições religiosas possuem natureza jurídica e se enquadram como entidades do Terceiro Setor. Assim, é peculiar que as suas fontes de recursos financeiros sejam oriundas de doações. Os caracteres assistenciais dessas instituições, devido às atividades desenvolvidas pelas igrejas, são firmadas pelo trabalho voluntariado.

Segundo Farias e Rego (2014, p.2), “a grande quantidade de fiéis faz com que a igreja católica seja uma personalidade de grande influência social, cultural, política e econômica”. Desse modo, além dessas características citadas acima, essas entidades desempenham funções de valor e responsabilidade frente à gestão da administração desses recursos, logo, é relevante para a sociedade saber se as mesmas cumprem a sua missão, e se possuem a preocupação com a transparência na administração e do gerenciamento nas informações das origens e aplicações desses recursos.

À medida que o Terceiro Setor surge com a finalidade de suportar a ineficiência do Estado e não possui foco lucrativo, mas, tão somente o fim social, sua continuidade depende dos recursos advindos de doações recebidas de organizações privadas e da própria sociedade. (ZITTEI et al., 2016, p. 86). Posto isso, essas entidades necessitam fazer uso da transparência para demonstrar à comunidade que os objetivos estão sendo cumpridos, assim, inspirando a confiabilidade dos fiéis.

Dentro desse processo a Contabilidade possui papel fundamental, pois, essa ciência dispõe de recursos que auxiliam na prestação de contas para os usuários, tanto na organização patrimonial, econômica e financeira das entidades como na elaboração das demonstrações contábeis.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a prática da *accountability* no Terceiro Setor acerca das prestações de contas da Paróquia Santíssima Trindade da cidade de Campina Grande-PB, verificando como se realiza o processo de transparência. A partir desse levantamento surge a seguinte indagação: quais as ferramentas utilizadas que contribuem para as necessidades de controle e como elas auxiliam na construção de uma prática financeira transparente na paróquia?

A análise dessas ferramentas visa explorar as informações contábeis da Paróquia Santíssima Trindade da cidade de Campina Grande-PB, se faz uso da Contabilidade Aplicada do Terceiro Setor sob a prática da *accountability* para atender as necessidades de controle da instituição e de que forma esse processo acontece.

Sobre os objetivos específicos, considerando que existe um órgão consultivo formado por membros da comunidade, que em efetivo auxilia o Administrador paroquial na administração de todos os bens desta Paróquia, pretende-se levantar informações e constatar se há preocupação com a transparência na manipulação, organização e divulgação desses dados, identificação dos elementos que favorecem para a transparência na entidade e assim, poder compreender se a prática da accountability está sendo exercida pela paróquia, além, de averiguar a percepção dos paroquianos em relação ao processo de transparência.

A pesquisa foi motivada pela importância de compreender como funciona a Contabilidade para essas instituições religiosas e de como as ferramentas contábeis podem auxiliar na gestão, e, sobretudo em prol da transparência. Tendo em vista que as instituições que compõem o Terceiro Setor possuem como principais fontes de recursos financeiros doações, subvenções e contribuições sejam elas oriundas de pessoas físicas, pessoas jurídicas ou de órgãos governamentais, fazendo-se necessário uma administração transparente desses recursos perante a sociedade e pela importância que a transparência financeira possui para a continuidade desse tipo de entidade, mostrando como as práticas de accountability nessas organizações podem contribuir para uma prestação de contas responsável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Terceiro Setor

A nossa sociedade está dividida juridicamente de acordo com a Constituição Federal Brasileira (1988) em três setores distintos, mas que coexistem entre si; o Primeiro Setor conhecido como Setor Público, irá compreender todas as instituições públicas das três esferas governamentais (Municipal, Estadual e Federal); O Segundo Setor intitulado como Setor Privado, abrange as empresas em geral, elas são: as Indústrias, os Comércio e Serviços; E o Terceiro Setor que está estabelecido no Setor Social, e compreende o conjunto das organizações sem finalidade de lucro (COELHO, 2000).

No Brasil, são usadas diversas nomenclaturas para as entidades sociais do Terceiro Setor, entre elas, Entidades sem Fins Lucrativos, Organizações Não Governamentais (ONGs), Entidades Benéficas e Organizações Filantrópicas.

As entidades do Terceiro Setor têm desempenhado um papel fundamental na sociedade, a sua principal característica é a efetiva contribuição para minimizar a carência social nas diversas áreas como saúde, educação, cultura e a ambiental. Atuando de forma

dinâmica na sociedade, uma vez que os cidadãos estão mais conscientes de seus direitos e, sobretudo, da importância de participar do processo de transformação de sua realidade e/ou do ambiente que o cerca (CAZUMBÁ, 2014).

Para Nunes (2006, p.25) o Terceiro Setor é como o “conjunto de organizações de origem privada, dotadas de autonomia, administrativa própria e finalidade não lucrativa, cujo objetivo é promover o bem-estar social através de ações assistenciais, culturais e de promoção da cidadania”.

Diferentemente do primeiro Setor (Privado), que tem por finalidade de suas atividades a maximização da riqueza na obtenção do lucro, essas instituições sociais não visam obtenção do lucro de suas atividades, devido a essa característica ela é reconhecida pelo termo “sem fins lucrativos”. Apesar desta peculiaridade de não possuírem fins econômicos, elas buscam conseguir um resultado positivo em suas atividades, pois, “o lucro não é a razão dessas entidades, mas ele é um meio necessário para a manutenção e continuidade das mesmas”. (OLAK e NASCIMENTO, 2010, p. 4)

Segundo Paes (2010, p. 134), o Terceiro Setor é como um conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos dotados de autonomia e administração própria com o objetivo principal de atuar voluntariamente na sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento. Desse modo, independente de sua classificação é notório em meio à sociedade a emergência dessas entidades e o valor que as mesmas reproduzem. Portanto, além de compartilharem valores, elas também enfrentam problemas como os demais setores jurídicos, assim, devem adotar estratégias para conseguir manter um controle eficaz, sendo a contabilidade uma ferramenta indispensável para orientar possibilitando aos agentes envolvidos a compreenderem melhor como organizar e administrar, além de auxiliar para aumentar a transparência na gestão das entidades.

2.2 Instituições Religiosas

As instituições religiosas sempre desempenharam uma função importante e indispensável na sociedade, elas prestam serviço a toda comunidade, de forma indiscriminada. E para desenvolverem as suas atividades dependem de recursos financeiros tendo como principais fontes de recursos as doações dos seus fiéis. Nas entidades cristãs uma das dessas doações é o dízimo.

De acordo com o dicionário Priberam, a palavra “dízimo” tem origem no hebraico “malaser” e da palavra grega “dekate”, que significa a

contribuição avaliada na décima parte de um rendimento; é a contribuição que a igreja Católica exigia dos fiéis, e que consistia na décima parte dos frutos que colhia. Portanto, a essa quantia de contribuição do dízimo deve ser 10% dos rendimentos recolhidos dos fiéis que são destinados para a manutenção da igreja.

O Art. 44. da Lei 10.406/02 do Código Civil Brasileiro classifica as entidades do Terceiro Setor em Fundações, Associações, Instituições Religiosas e Partidos Políticos. Ainda, sobre os dispostos da Lei, incluído pela Lei Nº 10.825, de 22.12.2003 o inciso primeiro deste artigo mostra que, as Pessoas Jurídicas de direito privado como as Instituições Religiosas são livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento. Dessa forma, “não quer dizer que as organizações religiosas podem negligenciar a estrutura jurídica imposta pelo Código Civil, pois em casos de demanda judicial as entidades religiosas também respondem em juízo”. (CORREIA et al., 2017, p.127)

O patrimônio das instituições religiosas é constituído pelas contribuições, doações e subvenções, que a fim de auferir lucros sociais para aqueles que são beneficiados pelas ações da entidade. Além disso:

Estes recursos podem ser acrescidos por receitas financeiras, receitas de capital e, em casos especiais, até mesmo por lucros obtidos na venda de produtos, mercadorias e serviços prestados, os quais serão, sempre, utilizados na própria manutenção das atividades e nunca para serem distribuídos, como ocorre nas empresas. (OLAK e NASCIMENTO, 2006, p. 27).

No que tange a legislação do Código Civil, essas organizações possuem a autonomia para a criação, organização, estruturação interna e para o funcionamento dessas entidades que, além disso, juridicamente e podem criar os seus estatutos e atos constitutivos, registrados e reconhecidos sem a obediência estrita das normas previstas para as outras pessoas jurídicas de direito privado, sobretudo as dos arts. 59 a 63 da legislação Civil que apenas, podem ser a elas aplicadas.

Todavia, compreender que o lucro não é a razão da existência, dessas instituições e sim o desafio de mudanças na sociedade, não existe um “proprietário” do patrimônio, pois este é de propriedade da sociedade, restando ao gestor dessas entidades à responsabilidade pelo cumprimento da missão e a transparência pelo gerenciamento dos recursos de forma eficiente e eficaz.

2.3 Prestação de Contas

A prestação de contas é de suma importância para essas entidades do Terceiro Setor, pois, ela vai priorizar a transparência, informando a origem do recurso financeiro e a destinação do mesmo, conseqüentemente gerando um elo de confiabilidade entre a entidade e os seus provedores, sejam eles originados da sociedade, da iniciativa privada ou do poder público, engrandecendo a relevância dessas informações de forma clara e fidedigna.

Desse modo, a prestação de contas é o conjunto de informações e documentos que, quando agrupados, são tratados e apresentados pelas entidades do Terceiro Setor aos órgãos de autoridades competentes, para que sejam analisadas e julgadas, conforme o estatuto social e legislação à qual estão submetidas (OLAK; NASCIMENTO, 2008).

É através da prestação de contas, informando o que é recebido e como foi gasto, e a forma que é divulgada, é possível mensurar o quanto transparente são informações financeiras passadas. “A apresentação da prestação de contas de forma errônea ou pouco clara gera um ambiente de desconfiança, refletindo na captação de recursos”. (DALL’AGNOL et al., 2017, p. 190)

Em virtude dos fatos mencionados acima, a Contabilidade como uma Ciência Social Aplicada é um instrumento de grande importância para essas entidades, e a forma de acompanhar e mensurar os fatos são por meio das demonstrações e/ou relatórios contábeis. Esses relatórios são indispensáveis para tomada de decisão, pois, eles auxiliam na mensuração e evidência econômica-financeira da informação contábil apresentando a real situação em que se encontra a entidade.

A estrutura patrimonial definida pela Lei 6.404/76 é à base da contabilidade do Terceiro Setor, visto que não há uma lei específica. Mesmo não tendo uma base própria, o uso e divulgação são importantes devido ao impacto direto nas decisões econômicas da instituição, independente do setor que esteja inserida.

Portanto, para orientar essas instituições a Interpretação Técnicas Gerais (ITG) 2002 firmada pela Resolução Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.409/12, emitida em 21/09/ 2012, e aplicável para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012. No qual vai estabelecer normas e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas que devem ser divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. Ainda, apresentam critérios específicos sobre o reconhecimento,

registros contábeis, demonstrações contábeis, contas de compensação e divulgação dessas entidades.

Dado o exposto, as demonstrações exigidas pela a ITG 2002 são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Superávit ou Déficit do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme previsto nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC-TG) 26 ou na seção 3 da NBC TG 1000, quando for aplicável.

Sabendo que o alvo das demonstrações contábeis é fornecer informações devidas sobre posição patrimonial, financeira e econômica, isso não sobrepõe o uso de outras demonstrações complementares, tais como, relatório financeiro e relatórios orçamentários, como, por exemplo, as informações bancárias, incluindo a conciliação bancária, o inventário patrimonial da entidade, Relatório de Auditoria Independente entre outros relatórios que auxiliem no controle e gestão dos processos.

2.4 A importância do *Accountability* no Terceiro Setor

As organizações do Terceiro Setor devido à globalização sofreram grandes transformações, e diante do desenvolvimento desse setor, a *accountability* passou a ser um mecanismo considerado por tais organizações tornando-se fator de sustentabilidade, uma vez que as organizações estão inseridas em um ambiente competitivo por recursos financeiros e não financeiros e aquelas que melhor atenderem às necessidades dos doadores por informações, terão maior probabilidade de captação desses recursos (TORRES et. al., 2011 p. 94).

O termo *accountability* não possui tradução específica para o português, o que se compreende é que nas organizações do Terceiro Setor, as partes interessadas sugerem a sua função, sendo relevante que essas entidades possam transmitir confiança e credibilidade de suas atividades aos seus grupos de interesse, assim esperando dar andamento a suas atividades fim.

A *accountability* para Brito e Perez (2014, p. 3), “é um importante elemento que caracteriza a boa governança no setor governamental, pois envolve a obrigação de responder pelos resultados de decisões ou ações, frequentemente”. Portanto, o conceito pressupõe o compromisso por parte dos responsáveis dessas instituições em prestar contas dos recursos, controlar, fiscalizar e demonstrar a boa aplicação com resultados desses recursos para a comunidade periodicamente.

Nos trabalhos científicos encontram-se várias definições a respeito da *accountability*, não existindo um significado único para o termo. Porém, esse conceito está relacionado com a prestação de contas envolvendo a responsabilidade, controle e transparência que as organizações devem realizar.

Segundo Perez (2010, p. 40), “a palavra *accountability* tem origem no verbo inglês *account* e significa narrar, enumerar, responder para alguém”. Todavia, esse conceito está muito diluído em nosso cotidiano, pois, ele não é utilizado apenas com a função de controle, mas também com a obrigação de informar e esclarecer os seus resultados e ações praticadas.

Desse modo, podemos compreender que essa ferramenta juntamente a prestação de contas possuem a responsabilidade de mostrar como está sendo desenvolvidas as atividades da entidade, além, mostrar que os propósitos estão sendo cumpridos e que existe clareza nas aplicações dos recursos obtidos, sendo estes de interesse para os agentes envolvidos, como também, para aqueles que possuem o interesse de acompanhar o benefício gerado pela organização.

Portanto, a transparência é um aspecto essencial, pois apresentam as partes interessadas tudo o que foi aplicado no processo operacional, considerando as destinações e origem dos recursos (COELHO; GONÇALVES, 2011). Assim, os processos de transparência para as organizações do Terceiro Setor devem existir para atender além dos seus usuários, ou seja, ela deve ocorrer para atender todos aqueles que possuem o interesse em conhecer a situação da entidade, o seu funcionamento e a sua prestação de contas, independente que sejam usuários que fazem parte ou não da organização. Tornando-se relevante à divulgação dos resultados e das demonstrações contábeis, tendo em vista que essas práticas de gestão transparente podem auxiliar as organizações na captação de recursos.

3 METODOLOGIA

Delimitando os procedimentos metodológicos, este estudo caracteriza-se quanto aos seus objetivos como uma pesquisa exploratória e descritiva, no qual Gil (2002, p. 41) enfoca que, essa modalidade de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. No que se refere aos procedimentos é classificada como bibliográfica, como um estudo de caso e o levantamento de dados. Quanto à abordagem do problema e a análise das informações, fundamentou-se nos métodos quantitativos e qualitativos. O embasamento teórico foi realizado através de um

levantamento bibliográfico e documental, com base em livros, artigos e revistas científicas que foram encontrados em bibliotecas e nos meios eletrônicos, como a internet.

O universo da pesquisa constituiu uma instituição religiosa do Terceiro Setor, a Paróquia Santíssima Trindade de Campina Grande, Paraíba. Para fins de desenvolvimento da pesquisa aplicou-se questionário com a Coordenadora do Conselho de Assuntos Econômicos Paroquiais (CAEP), porém, o material foi supervisionado pelo Administrador paroquial para a devida autorização. Foi elaborado também um questionário direcionado aos paroquianos, para atender um dos objetivos específicos dessa pesquisa que é analisar a percepção dos paroquianos em relação ao processo de transparência.

A coleta dos dados foi realizada antes e depois das missas entre os dias 07 e 08 de outubro de 2017, foram respondidos 44 (Quarenta e quatro) questionários com os paroquianos, constituindo a amostra. A coleta desses dados possui o objetivo de compreender o local estudado contribuindo para a pesquisa e auxiliando no conhecimento dos procedimentos contábeis adotados na entidade e na percepção de transparência das informações divulgadas.

De acordo com Richardson (2014, p.190- 191), os questionários de perguntas fechadas “são aqueles instrumentos em que as perguntas ou afirmações apresentam categorias ou alternativas de respostas fixas e preestabelecidas”. Já para os questionários com perguntas abertas o autor diz que “permite que o entrevistado tenha mais liberdade de resposta”.

A coleta dos dados foi elaborada pela ferramenta Microsoft Word 2010, a partir de questionários aplicados com perguntas abertas e fechadas, fundamentando-se no referencial teórico e com base nos estudos de FARIAS e REGO (2014), a partir de um questionário semiestruturado, o que possibilita a inclusão de novas questões. Quanto aos quesitos, também, foi utilizado como ferramenta a Escala de Likert, que segundo RICHARDSON (2011, p. 271), “é a coleta de uma quantidade importante de itens que indicam atitudes negativas ou positivas sobre um objeto, instituição ou tipos de pessoas”. Auxiliando a medir as atitudes e comportamentos utilizando opções de resposta que variam, permitindo assim, descobrir níveis de opinião entre “concordar totalmente, concordar parcialmente, indiferente, discorda parcialmente e discordar totalmente”.

As perguntas tiveram como função responder aos objetivos específicos presentes nesse trabalho, tomando como critérios gerais: a elaboração das Demonstrações Contábeis, as divulgações dos relatórios contábeis para a prestação de contas com a comunidade, como também, os fatores que contribuem para a transparência e para a sua efetiva administração dos valores arrecadados pela Paróquia.

Quanto às informações coletadas foram processadas por meio do software Microsoft Excel 2010, que serão expostas na seção seguinte.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

4.1 Características do Campo de Estudo

A Paróquia Santíssima Trindade campo de estudo desta pesquisa, localiza-se na Rua Raimundo Nonato de Araújo, número 1100, Bairro Catolé da cidade de Campina Grande- PB. Possui como principal responsável o Administrador Paroquial Pe. Leonildo Pedro dos Santos que faz parte da Congregação Passionista.

Em relação às características e perfil da entidade, verificam-se questões referentes à quantidade de paroquianos, as principais fontes de arrecadação, número de funcionários e voluntários, além de alguns aspectos sobre a gestão. Referente aos colaboradores possui atualmente dois funcionários devidamente registrados e 170 (Cento e setenta) dizimistas ativos.

Para auxiliar na gestão da Paróquia Santíssima Trindade existe o Conselho de Assuntos Econômicos Paroquial (CAEP), que é um órgão consultivo, composto por membros leigos da comunidade, e que tem por função assessorar o Pároco na administração de todos os bens materiais, levando em conta as prioridades definidas quanto à administração e a pastoral, promovendo a participação da comunidade da Paróquia, especialmente quanto ao desenvolvimento material, enaltecendo a partilha comunitária.

Os membros do CAEP, por exercerem cargos de confiança do Pároco, são por ele livremente escolhidos a partir de alguns critérios, como por exemplo, os membros devem ter engajamento na vida paroquial, formação e prática religiosa, ser de reconhecida idoneidade moral e vivência da fé católica, ter experiência em negócios ou conhecimentos administrativos e estarem cientes, por orientação do Pároco, da estrutura jurídica, hierárquica, organizacional e administrativa da Igreja. O mandato do Conselho é de dois anos, e ao término de cada, poderão ser no todo ou em parte, prorrogado por mais dois anos. No caso de substituição, por qualquer motivo, o novo membro provisionado pela autoridade paroquial, cumprirá o restante do exercício do substituído. Se por ventura ocorra à mudança do Pároco, extinguem-se os mandados e o novo Administrador paroquial pode convidá-los a permanecer provisoriamente até a formação do novo Conselho.

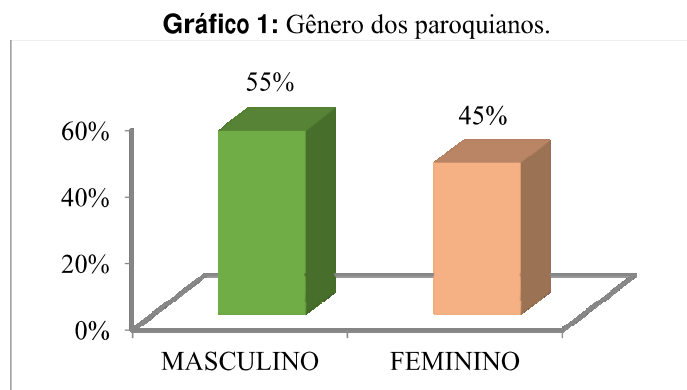
Conforme o Estatuto do Conselho Paroquial de Assuntos Econômicos (CAEP) possui a seguinte composição: o Presidente na pessoa do Pároco ou Administrador paroquial, Coordenador, Secretário, Primeiro e Segundo tesoureiro, e encarregado do patrimônio, podendo ainda, comissionar outros membros para trabalhos específicos. Dessa forma, além do Presidente, o Conselho será constituído de, no mínimo, cinco e poderá ter no máximo sete membros. Atualmente, o Conselho é composto por seis membros, e nenhum deles presta serviço remunerado.

O Conselho se reúne semanalmente com o Pároco para contabilizar as entradas e saídas e encaminhar os devidos pagamentos. Compete a todos os conselheiros comparecer as reuniões, além, de exercer funções de Conselho Fiscal, extinguindo-se do cargo, o membro que faltar três reuniões consecutivas durante o ano sem apresentar justificativas. O CAEP também se reúne mensalmente com a Pastoral do Dizimo para a apresentação das arrecadações dos dizimistas.

4.2 Caracterizações do Perfil dos Paroquianos

A partir dos dados obtidos numa amostra não probabilística por acessibilidade de 44 (Quarenta e quatro) questionários aplicados, faz-se necessário a caracterização do perfil dos respondentes sendo analisado o gênero, a idade e a escolaridade dos fiéis. Dentro da amostra apresentada apenas 16 (36%) fiéis participam de algum serviço pastoral e 28 (64%) fiéis não participam de nenhum serviço dentro da comunidade.

No seguinte gráfico, estão expostos os gêneros dos paroquianos entrevistados:

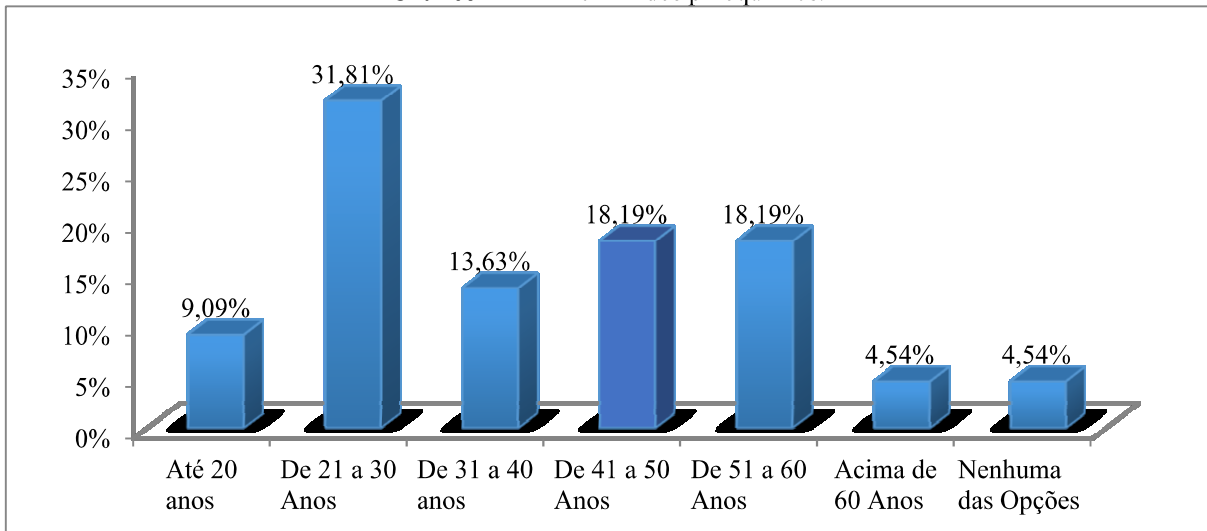


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Fazendo uma análise sobre o gênero dos paroquianos, o gráfico 1 apresenta que do total da amostra, apenas 24 são do sexo masculino e 20 do sexo feminino, representando 55% e 45%, respectivamente.

Em seguida, o Gráfico 2 mostra a faixa etária dos mesmos:

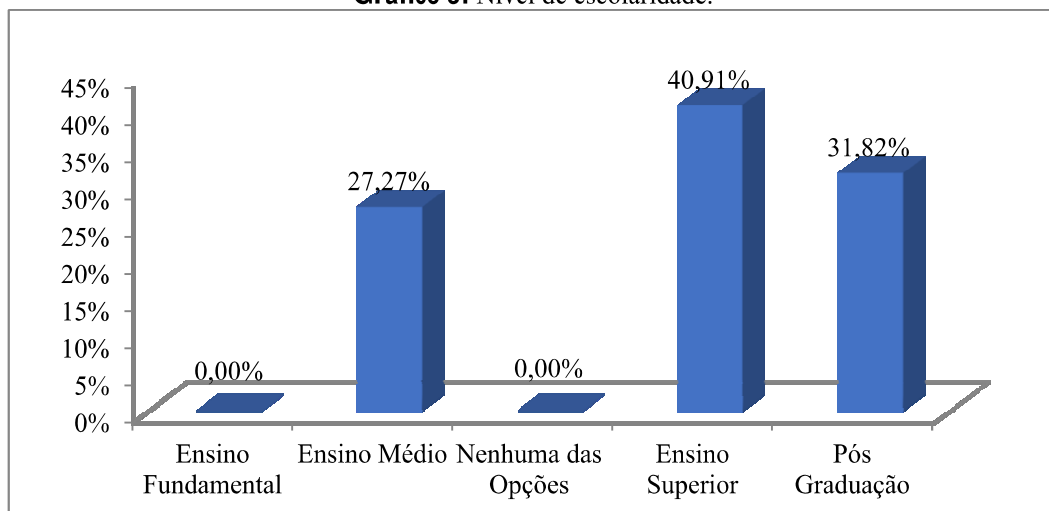
Gráfico 2: Faixa etária dos paroquianos.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Neste, agora, verificar a idade dos pesquisados, desse modo, observar que a maior faixa etária está entre 21 a 30 anos, representando 31,81% dos fiéis. Em seguida, membros entre 41 a 50 anos e 51 a 60 anos composto por 18,19%, cada. Paroquianos de até 20 anos representam 9,09%, acima de 60 anos 4,54% e apenas 4,54% não respondeu nenhuma das alternativas acima. Posteriormente, também foi tomada em conta a escolaridade dos mesmos, como mostra o seguinte gráfico:

Gráfico 3: Nível de escolaridade.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Quanto ao nível de escolaridade da amostra o Gráfico 3, revela que, a maioria dos paroquianos possui ensino superior concluído ou cursando, representando 40,91%, em seguida, composto por 31,82% dos fiéis tem pós-graduação concluída ou cursando e ensino médio representado por 27,27%. Não houve resultados entre os entrevistados considerados como analfabetos ou ensino fundamental. Desta forma, é possível dar veracidade à pesquisa, ao constatar que mais do 70% da amostra, está composta por pessoas com nível superior ou acima.

4.3 Informações sobre a *accountability* na Prestação de Contas

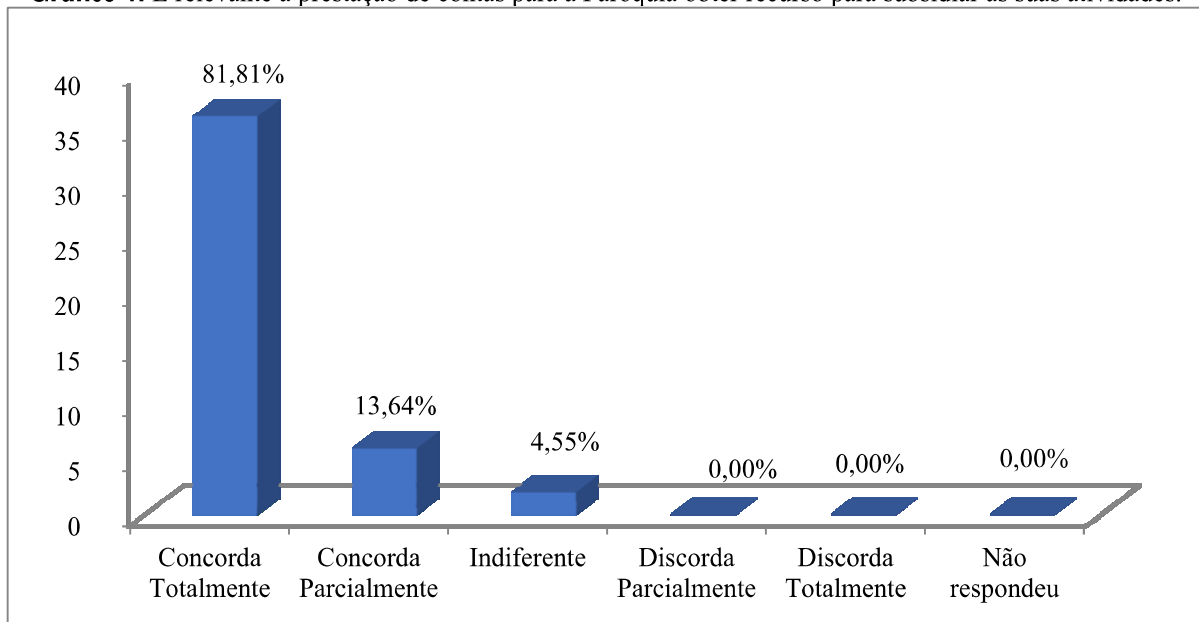
A seguir são apresentados de forma sistematizada os dados coletados nos questionários aplicados na Paróquia e aos paroquianos. Para analisar os resultados com base nos objetivos específicos da pesquisa, foram realizadas perguntas que se restringia ao tema, assim, seria possível fazer uma melhor avaliação em torno da percepção sobre a *accountability* com base na Prestação de Contas da entidade estudada.

A Paróquia Santíssima Trindade opera com um sistema integrado fornecido pela Diocese de Campina Grande- PB, onde são registradas todas as entradas e saídas, como por exemplo, as taxas de serviços como as de batismo, dízimo, intenções de missa e outras contribuições. No início de cada mês compete ao tesoureiro do CAEP fazer o repasse dos valores de contribuição para a Diocese e o envio da Prestação de Contas da Paróquia para a Cúria Diocesana, que exerce a função de órgão fiscalizador das contas da entidade.

A Coordenadora do CAEP alega que a auditoria independente é um instrumento essencial para o processo de transparência, tendo como objetivo verificar se as demonstrações contábeis se estão refletindo a realidade, porém a Paróquia não audita as suas demonstrações contábeis.

É de função do CAEP elaborar o plano administrativo e das necessidades econômico-financeiras da Paróquia a curto e longo prazo, como também, a programação dos investimentos e das obras paroquiais. Todas as previsões orçamentarias em relação aos orçamentos da entidade são realizadas através de uma planilha de custos, operada pelo tesoureiro e pelo Pároco Administrador. Conforme informado, as atividades econômicas são constantemente supervisionadas, desde a execução do plano administrativo, o orçamentário e a contabilidade através dos balancetes e demonstrativos das contas de resultados da gestão.

A seguir, serão apresentadas informações expressadas em gráficos, referentes aos quesitos respondidos pelos paroquianos e pela coordenadora do CAEP.

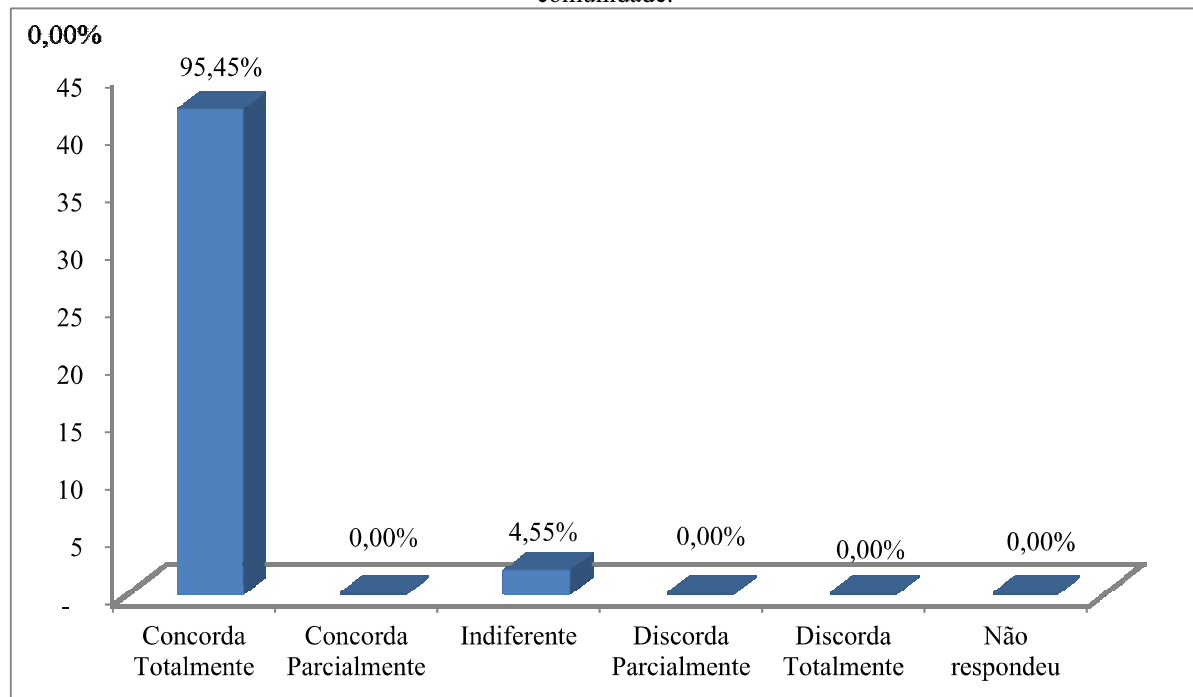
Gráfico 4: É relevante a prestação de contas para a Paróquia obter recurso para subsidiar as suas atividades.

Fonte: Dados da pesquisa. 2017.

Os resultados do Gráfico 4 evidenciam que a maioria dos paroquianos entrevistados compreendem a relevância da Prestação de Contas para a paróquia obter os recursos que necessita para manter as suas atividades, representando 95,46% dos entrevistados, 36 Trinta e seis) paroquianos concordam totalmente e 6 (seis) concordam parcialmente com a afirmativa. Apenas 2 (dois) paroquianos, representando 4,55% acreditam que a Prestação de Contas é indiferente para a obtenção dos recursos para a entidade.

Conforme a Coordenadora do CAEP a Prestação de Contas não é dirigida apenas a Cúria Diocesana, mas também para os paroquianos, os funcionários e voluntários, além, dos doadores da comunidade. Os fatores que motivam a Paróquia a efetuar a Prestação de Contas, em grau de importância são: na primeira posição de motivação é ao Atendimento das normas eclesiais internas ou externas. Em segundo a Cobrança por parte dos doadores da Paróquia e por fim, a Sustentabilidade da entidade. É importante destacar que a paróquia atesta que não há diferenciação da Prestação de Contas para cada usuário da informação.

Gráfico 5: É indispensável para a Paróquia a divulgação dos recursos e dos resultados obtidos para a comunidade.



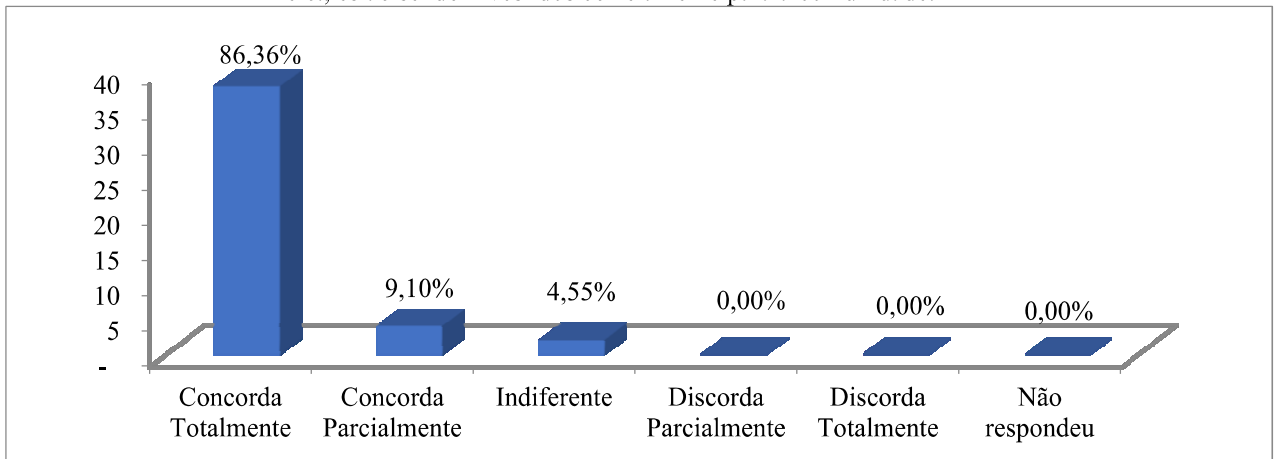
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

O Gráfico 5, mostra que do total da amostra, 95,45% paroquianos concordam totalmente que é indispensável para a Paróquia a divulgação dos recursos e dos resultados, sendo sim, de interesse da comunidade. Apenas 4,55% se mantiveram indiferente em relação a Prestação de Contas divulgada pela Paróquia.

Ainda, fazendo uso do grau de relevância, a Paróquia tem como principal forma de arrecadação a contribuição do Dízimo, em seguida, as Ofertas, legados e doações, as rendas financeiras patrimoniais e as atividades desenvolvidas na comunidade, como por exemplo, os bazares. Essa afirmativa reflete como é importante a participação da comunidade para a Paróquia, pois, a principal arrecadação é através das contribuições dos fiéis. Foi apurado também que não existem receitas oriundas de órgãos governamentais, de empresas privadas e de outras rendas permitidas por lei ou da venda de produtos religiosos.

Como as contribuições da comunidade é a principal forma de arrecadação, torna-se necessário verificar a posição desses membros em relação aos valores investidos pela Paróquia se estão sendo aplicados corretamente.

Gráfico 6: Diante das prestações de contas apresentadas pela paróquia, os valores das coletas, dízimo, doações, etc., estão sendo investidos corretamente para a comunidade.

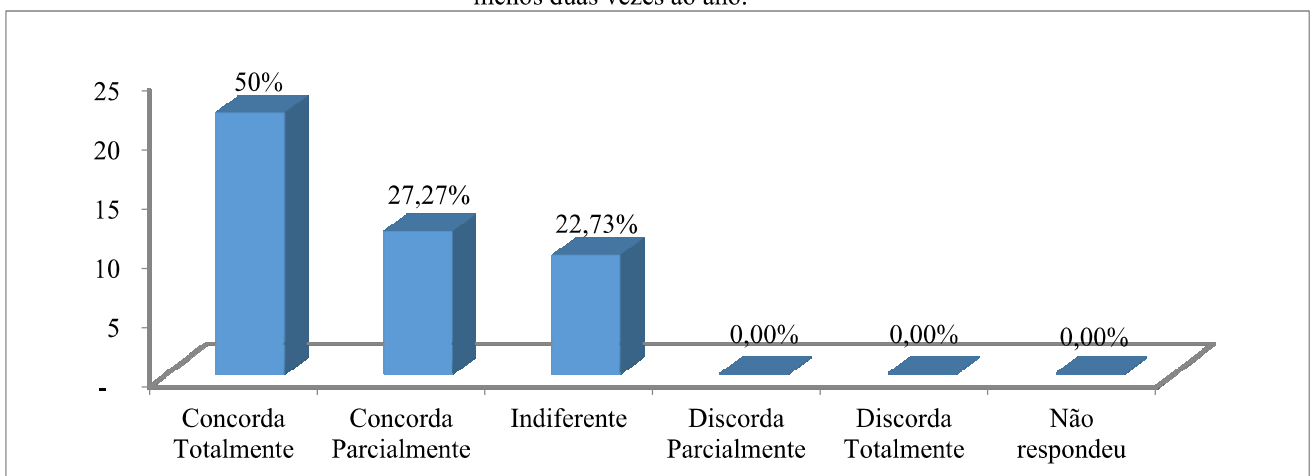


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

No Gráfico 6 evidencia que 86,36% dos paroquianos aprovam as aplicações dos recursos coletados pela paróquia. Sendo que, 9,10% concordam parcialmente com as aplicações. Somente 4,55% fiéis foram indiferentes a afirmativa. Esse resultado contribui para atingir o objetivo específico sobre a percepção dos paroquianos em relação ao processo de transparência da Paróquia.

Sobre as arrecadações e as aplicações dos recursos, elas são informadas aos doadores rotineiramente. Os meios em que a Paróquia dispõe para Prestação de Contas com a comunidade são os relatórios colocados em local de boa visualização e a comunicação verbal em público, geralmente, na segunda semana do mês no final da missa o padre apresenta a comunidade o demonstrativo de entradas e saídas de recursos.

Gráfico 7: É interessante, para mim, conhecer as informações financeiras da Paróquia frequentemente ou pelo menos duas vezes ao ano.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Tendo em vista da necessidade de conhecer a busca das informações financeiras pelos paroquianos, o Gráfico 7 evidencia que 50% dos pesquisados possuem a responsabilidade de conhecer as informações financeiras frequentemente ou pelo menos suas vezes ao ano. Apenas 27,27% dos fiéis apresentam interesse parcial sobre as informações, somente 22,73% dos paroquianos se mantiveram indiferente sobre o assunto.

Outra função do CAEP é a preocupação com a contabilidade no sentido de permitir a qualquer momento saber com clareza e transparência a situação econômica paroquial, principalmente, os fatores que oneram ou aumentam o patrimônio, tendo o conhecimento devido e a análise do resultado da gestão. Além disso, os livros da entidade são guardados e preenchidos pelo Secretário e rubricados pelo Administrador paroquial, e quando necessário, pela autoridade civil competente. O CAEP detém posse de seus livros, a exemplo do Livro de Atas e do Livro de Patrimônio Imobiliários da Paróquia, além dos demais adotados, são entregues para serem vistoriados pelo Bispo.

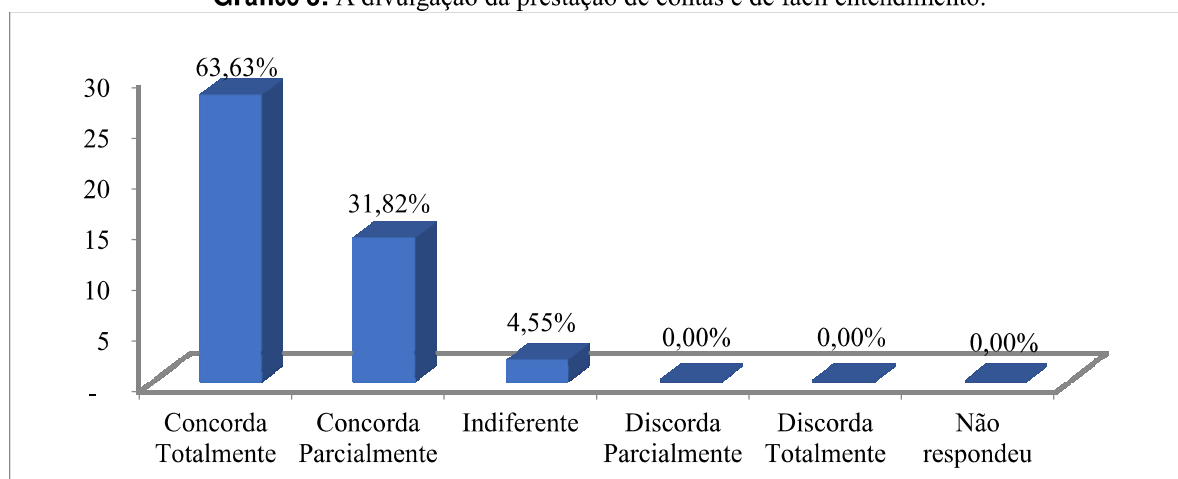
É válido salientar que, conhecer as demonstrações contábeis e financeiras produzidas na Paróquia, é de suma importância, pois elas que evidenciam a situação patrimonial da entidade.

Quadro 1: As demonstrações abaixo são elaboradas pela paróquia.

RELATÓRIOS CONTÁBEIS	NÃO	SIM
Demonstração de Fluxo de Caixa	X	
Balço Patrimonial	X	
Demonstração do Resultado	X	
Demonstração das Mutações do Patrimônio	X	
Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício	X	
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	X	
Demonstração de entradas e saídas de recursos (receitas e despesas)		X
Conciliação bancária	X	

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

O Quadro 1 corrobora que dentre as demonstrações contábeis obrigatórias apresentadas acima nenhuma são elaboradas na Paróquia. O Demonstrativo de Entradas e Saídas de Recursos é o único produzido, além de ser uma importante peça de gerenciamento, é a demonstração que é publicada para a comunidade, constituindo um instrumento fundamental para a Prestação de Contas. No entanto, a Cúria Diocesana é a responsável pela confecção desses relatórios obrigatórios, mas, a Coordenadora do CAEP afirmou que existem Notas Explicativas nas demonstrações elaboradas, o que auxilia a interpretação dos usuários da informação.

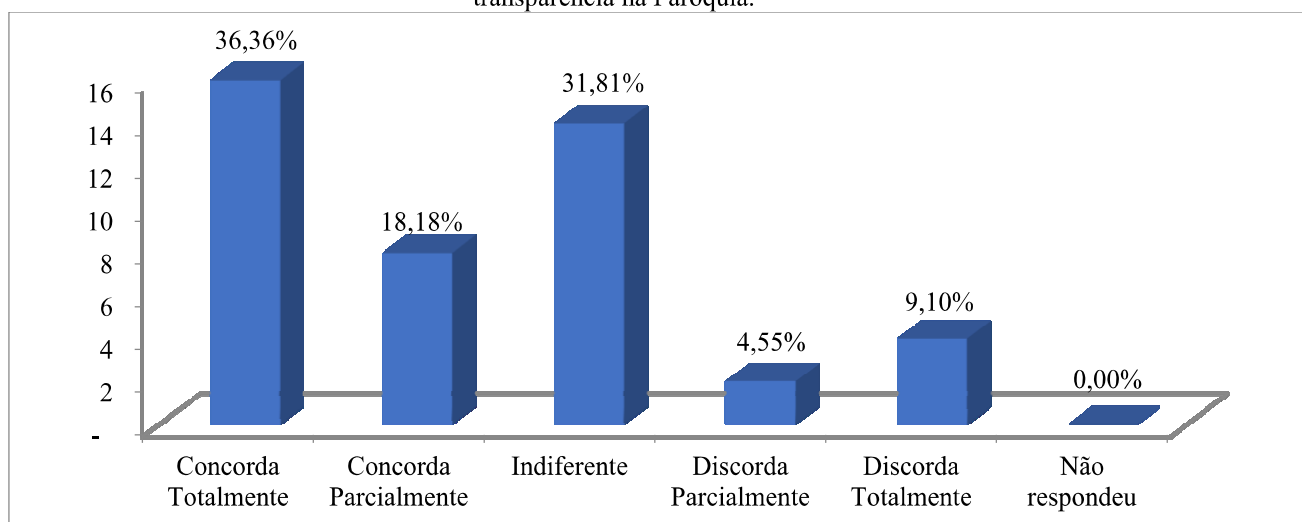
Gráfico 8: A divulgação da prestação de contas é de fácil entendimento.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Conforme a afirmativa sobre a divulgação financeira ser de fácil entendimento do total da amostra, apenas 63,63% dos fiéis informaram que existe clareza, consideram a prestação de contas moderadamente clara somente 31,82%, enquanto aos demais, só 4,55% dos paroquianos foram indiferentes com relação as divulgações financeiras.

Para o CAEP a Contabilidade é compreendida como uma ferramenta primordial na transparência da gestão financeira e administrativa, além disso, os seus métodos favorecem o processo de transparência da entidade, sendo fundamental para a continuação e sustentabilidade da Paróquia. Portanto, concorda totalmente com a relevância da Prestação de Contas, ainda assume que a gestão contábil possui total influência na captação de recurso.

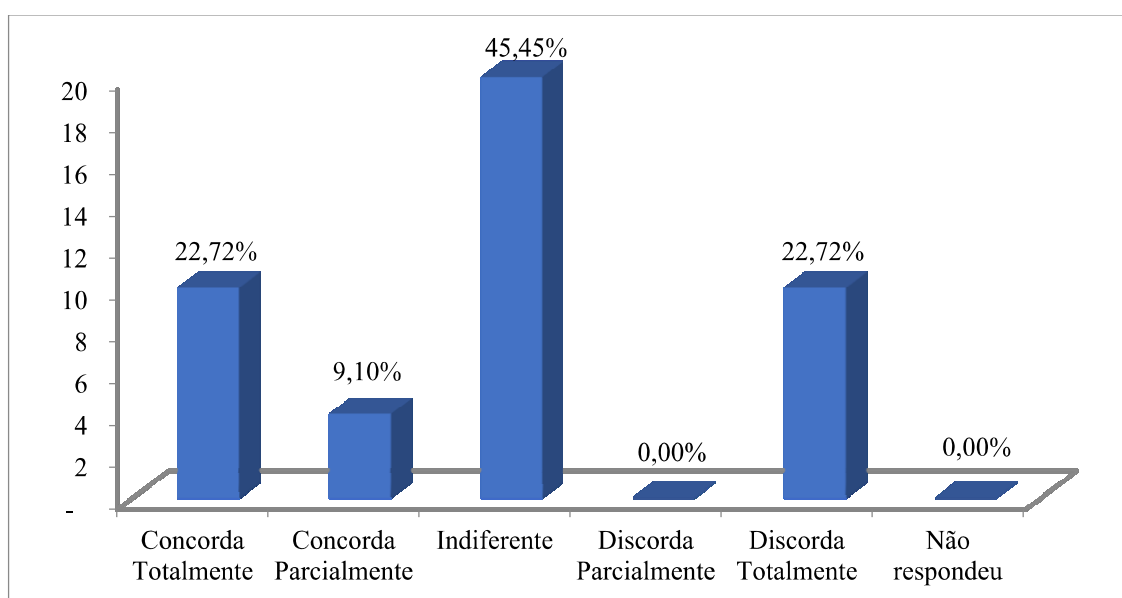
Os dados abaixo levam em consideração a preocupação dos fiéis em conhecer os registros da Paróquia com o foco de incidentes negativo no passado.

Gráfico 9: Deixaria de contribuir financeiramente se houvesse uma má gestão de recursos e ausência de transparência na Paróquia.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

O Gráfico 9 avalia que a apenas 36,36% dos fiéis deixaria de doar recursos à paróquia se houvesse má gestão e falta de transparência e 18,18% concordam parcialmente. Os que continuariam a contribuir nesse contexto totalizariam 13,65% fiéis, sendo que 4,55% discordam parcialmente 9,10% discordam totalmente. Os paroquianos indiferentes a afirmativa representa um total de 31,82% entrevistados. Apesar de que a maioria dos paroquianos afirmaram que deixariam de contribuir em caso de má gestão ou ausência da transparência, é notório que ainda existe um grande número de fiéis que considera esse fator desimportante para deixar de contribuir com a Paróquia.

Gráfico 10: Possui algum tipo de participação nas decisões de aplicação dos recursos obtidos, como por exemplo, reformas, festas, investimentos, aquisições, etc.

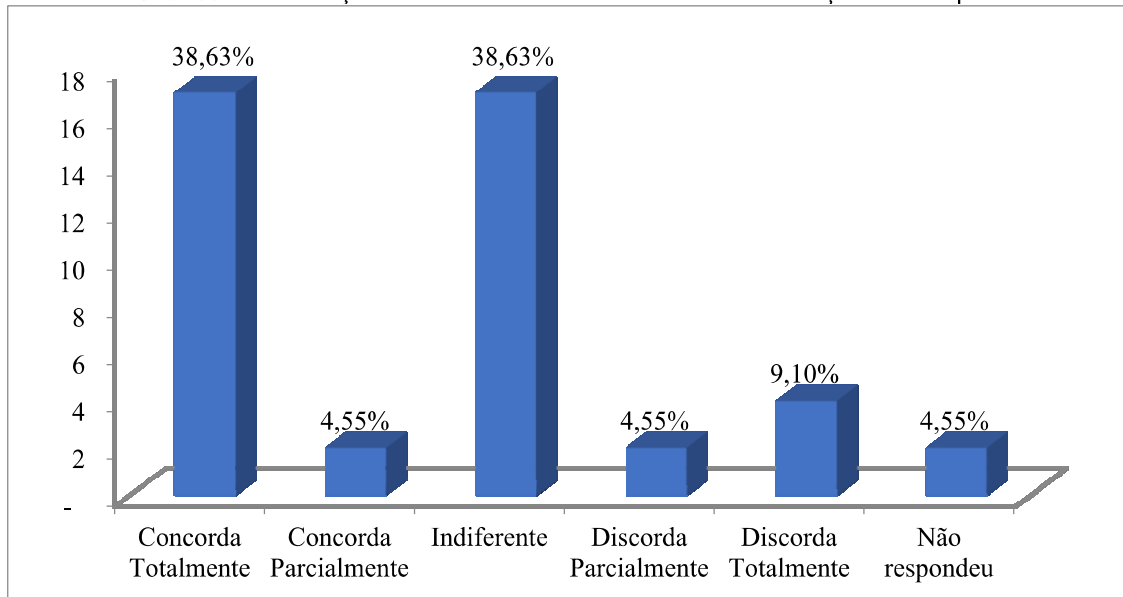


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Sobre a participação dos paroquianos nas aplicações dos recursos o Gráfico 10 verifica que apenas 31,82% dos fiéis pesquisados afirmaram que possuem algum tipo de participação, já a maioria dos paroquianos 45,45% deles se mantiveram indiferentes em relação a essa afirmação e apenas 22,72% afirmam não participar dessas deliberações. O que revela que os paroquianos não possuem uma participação ativa nas decisões que definem a aplicação dos valores arrecadados pela Paróquia. Em conformidade com a falta de participação dos paroquianos, a Coordenadora do CAEP discordou totalmente em relação à relevância da participação dos fiéis nesse tipo de deliberação, demonstra que a administração da entidade não motiva a participação dos paroquianos nas decisões acerca das aplicações de recursos. A consequência dessa afirmativa, e considerando que esses fiéis prezam a Prestação de Contas é

que isso pode gerar condições negativas para a accountability na Paróquia, refletindo-se na diminuição da arrecadação dos recursos.

Gráfico 11: Conheço e tenho acesso aos membros da administração da Paróquia.

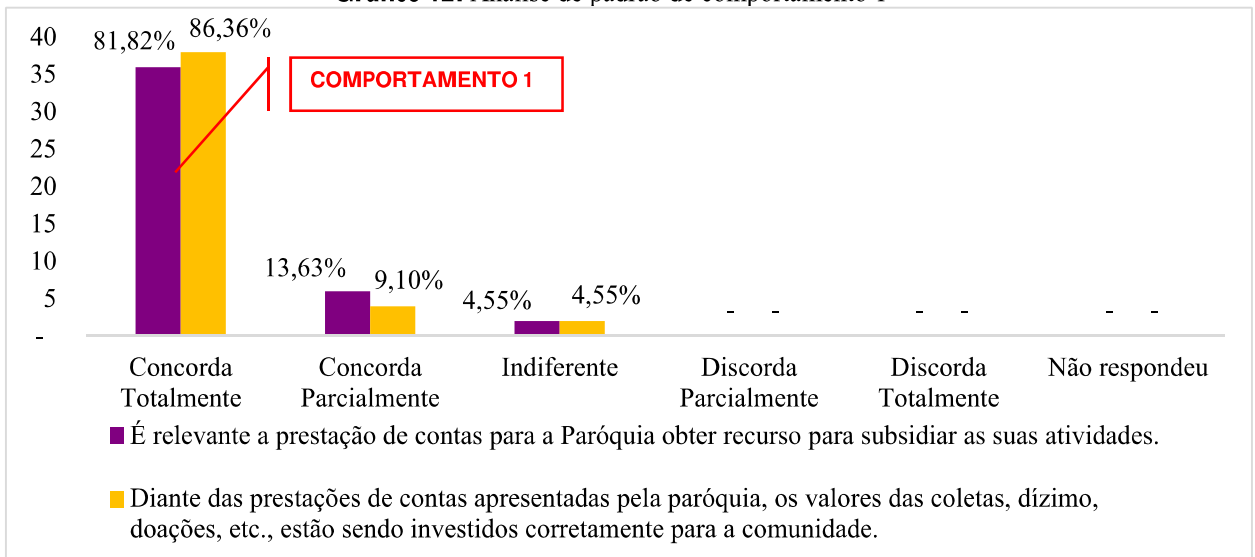


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

No Gráfico 11 destaca que do total da amostra 40,91% dos paroquianos conhecem ou tem acesso aos membros da administração paroquial, somente 13,63% desses fiéis não conhecem o conselho administrativo e 38,63% dos entrevistados foram indiferentes neste quesito e 4,55% paroquianos não responderam a afirmativa. Entretanto, a Coordenadora do CAEP afirma que existe a possibilidade de marcar horários para reuniões dos paroquianos com o pároco administrador e com o CAEP quando houver a necessidade de explicações.

Em relação aos meios de comunicação da Paróquia para com a comunidade, ela faz uso de meios eletrônicos (redes sociais, websites, etc.), e-mail e telefone para que possam ser utilizados como meio de dúvidas e sugestões.

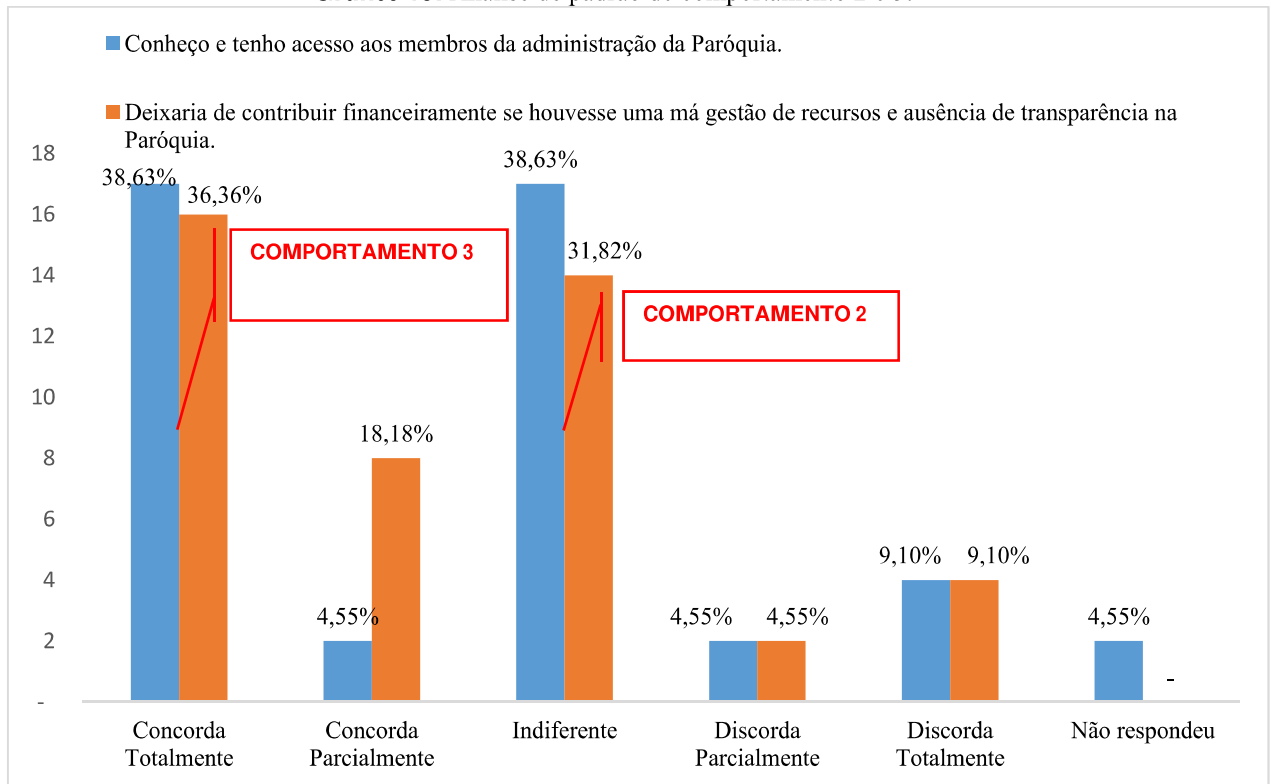
Após a apuração dos dados dos quesitos da pesquisa, foi possível realizar confrontamento de informações para traçar padrões comportamentais com base nas respostas dos fiéis. A seguir, o Gráfico 12 esboça o primeiro comportamento:

Gráfico 12: Análise de padrão de comportamento 1

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Foi possível deduzir, neste primeiro padrão de comportamento que os fiéis que acreditam na relevância da prestação de contas para obtenção de recursos, possivelmente também consideram que os valores arrecadados estão sendo investidos corretamente para subsidiar as atividades da comunidade.

A seguir, estão esboçados mais dois padrões comportamentais, no Gráfico 13:

Gráfico 13: Análise de padrão de comportamento 2 e 3.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A terceira coluna deste gráfico sugere um padrão comportamental que pondera a indiferença dos fiéis em relação a conhecer os membros da administração da paróquia, tanto como, deixaria de contribuir financeiramente se houvesse uma má gestão ou ausência de transparência. Este segundo comportamento detém 35,23% dos entrevistados.

Por outro lado, esta mesma ponderação de dados, mostra um terceiro comportamento. Representando 56,82% dos fiéis, que mesmo conhecendo e tendo acesso aos membros da administração paroquial, deixariam de contribuir financeiramente se fosse constatada uma gestão sem transparência ou duvidosa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi verificar se a Paróquia Santíssima Trindade da Cidade de Campina Grande, Paraíba, faz uso da contabilidade do Terceiro Setor sob a prática da *accountability* para atender as necessidades de controle da instituição, de comunicação e evidenciando como ocorre esse processo. Com base nos resultados obtidos a partir dos questionários aplicados com a Coordenadora do CAEP e com os paroquianos, constatou-se que a transparência é indispensável para ambos, concordando que é fundamental para subsidiar a entidade religiosa, já que a entrada de recursos da instituição provém dos seus fiéis. Considerando um ponto crítico para a Paróquia que os paroquianos, em sua maioria, deixariam de contribuir em caso de má gestão dos recursos ou pela ausência de transparência. Apesar dessa afirmativa, acreditam que os investimentos são utilizados corretamente em benefício da comunidade e a Prestação de Contas realizada é de fácil entendimento.

No que se refere as necessidades de controle, transparência e Prestação de Contas, observou-se que a Paróquia presta contas frequentemente com a comunidade, fazendo uso da comunicação verbal durante as missas uma vez ao mês, e também na exposição da Demonstração de Entradas e Saídas de Recursos (receitas e despesas) em locais de boa visualização para a comunidade e o mais importante é que o relatório não é diferenciado conforme o usuário da informação. Além disso, dispõe de outros meios de comunicação como redes sociais, e-mail, telefone, etc., porém, não são usados para a Prestação de Contas.

A Paróquia compreende a importância da Contabilidade como uma ferramenta essencial na transparência da gestão financeira e administrativa. Bem como, se mostra acessível a sua comunidade com a possibilidade de marcar horários com o pároco administrador e com os membros do CAEP, demonstrando que a entidade opera com a prática da *accountability*. Em virtude das informações acima, a maioria dos paroquianos não

apresentaram sugestões para a melhoria na transparência financeira exercida, apesar que a maioria dos fiéis se demonstram neutros em relação a sua participação nas decisões da entidade e a administração não concorda com a participação nas decisões financeiras.

Por fim, é possível concluir que a Paróquia utiliza a Contabilidade como instrumento de controle de sua entidade, produzindo e utilizando os relatórios elaborados para a entidade no planejamento e controle de suas atividades. Assumem a responsabilidade perante a comunidade em Prestar Contas dos valores arrecadados e investidos, além da contrapartida da comunidade que, em sua maioria possuem interesse em conhecer as informações financeiras.

Cabe ressaltar que o presente trabalho teve como limitação, o fato da coleta com a Paróquia ter sido realizada apenas por um dos membros do CAEP, assim, não possibilitando o confronto dos quesitos abordados entre o Conselho. Além disso, notou-se certa hesitação por parte de alguns paroquianos que colaboram de algum serviço de pastoral na Paróquia em participar do questionário. Para estudos futuros, sugere-se a realização desta pesquisa abrangendo mais Paróquias, podendo fazer um comparativo em relação ao nível de transparência dessas entidades se está relacionado com o grau de escolaridade, a localização e a participação dos fiéis na comunidade, além, da análise de desempenho dos relatórios apresentados para a comunidade. Sugere-se ainda, fazer uso de ferramentas estatísticas como Desvio Padrão (DP) e/ou Coeficiente de Variação (CV), para enriquecimento e maior solidez dos resultados.

ABSTRACT

In view of the emergence and increasing increase in the number of entities of the Third Sector in Brazil and considering their social relevance, these entities have become the object of numerous discussions in various contexts. In view of the operational scenario, it is necessary to study the Accountability practice in the Third Sector, the motivation to analyze the rendering of accounts presented by the Holy Trinity Parish, in the city of Campina Grande-PB, in order to verify the realization practice. The present research has as specific objectives to gather information and to verify if there is concern with the transparency in the elaboration, organization and diffusion of the data; identify the elements that favor transparency and thus be able to understand if the practice of Accountability is being carried out by the Parish, as well as to verify the perception of the parishioners regarding the process of transparency in the information provided. As for the methodological procedures, the research is characterized as descriptive and exploratory, as for the technical procedures as bibliographical and regarding the approach of the problem, of a qualitative and quantitative nature. In order to achieve the research objectives in the case study and data analysis, questionnaires were applied which indicated, in their results, that there is a concern about transparency in the rendering of accounts presented in verbal communication, but lacking a the most appropriate place for disclosure of the reports in an affixed form. The faithful interviewed agree that there is good accountability and that resources are being properly invested, and believe in the relevance of transparency to subsidize the activities of the entity.

Keywords: Accountability; Accountability; Third sector.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Código Civil Brasileiro e legislação correlata**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.

Brasil. **Constituição da Republica Federativa do**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

BRITO, T. S.; PEREZ, O. C. **Accountability nas organizações do Terceiro Setor**. Pensamento & Realidade, v. 29, n. 4, p. 99-116, 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/43459/accountability-nas-organizacoes-do-terceiro-setor/i/pt-br>. Acesso em 13 de set. 2017.

CATÓLICA, Igreja. **Código de Direito Canônico**. Vaticano: Legislação Própria da Igreja Católica, 1983. Promulgado por João Paulo II, PAPA.

CAZUMBÁ, Nailton. **Papel e importância das instituições do Terceiro Setor**. Bahia: Nossa Causa, 2014. Disponível em: <<http://nossacausa.com/papel-e-importancia-das-instituicoes-do-terceiro-setor>>. Acesso em: 07 set. 2016.

CFC. (2012). **Interpretação Técnica ITG 2002**. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2012/001409. Acesso em 10 de set. de 2017.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor: um estudo comparativo em ter Brasil e os Estados Unidos**. São Paulo: SENAC, 2000.

COELHO, M. Q.; GONÇALVES, C. A. **Avaliação de projetos sociais: a perspectiva da comunidade**. Revista Alcance, v. 18, n. 4, p. 436-447, 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/2762/avaliacao-de-projetos-sociais--a-perspectiva-da-comunidade/i/pt-br>. Acesso em 18 de set. de 2017.

CORREIA, J.J.A.; LIMA, A.C.S.; MIRANDA, L.C.; SILVA, F.E.A.; SILVA, P.K.F. **Práticas contábeis adotadas por entidades do Terceiro Setor: uma análise junto a templos religiosos de pernambuco à luz da itg 2002**. REVISTA EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL & FINANÇAS João Pessoa, v.5, n.3, p.123-139, set./dez. 2017. ISSN 2318-1001 DOI:10.18405/recfin20170307 Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin>. Acesso em: 18 de set. de 2017.

DALL'AGNOL, C. F.; TONDOLO, R. R. P.; TONDOLO, V. A. G.; SARQUIS, A. B. **Transparência e Prestação de Contas na Mobilização de Recursos no Terceiro Setor: Um Estudo de Casos Múltiplos Realizado no Sul do Brasil.** Revista Universo Contábil, v. 13, n. 2, p. 187-203, 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/46033/transparencia-e-prestacao-de-contas-na-mobilizacao-de-recursos-no-terceiro-setor--um-estudo-de-casos-multiplos-realizado-no-sul-do-brasil/i/pt-br>. Acesso em: 18 de set. 2017.

"Dizimo", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/dizimo>. Acesso em: 24 de out. 2016.

FARIAS, Juliano Almeida de; REGO, André Lourenço da Silva. **Transparência nas entidades religiosas: Um estudo de caso sobre a aplicação de fatores que contribuem para a transparência financeira na Paróquia Senhor do Bonfim.** Salvador: Revista de Teologia e Ciências da Religião, 2014. 4 v. Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/theo/article/view/457>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas S/A

INTERPRETAÇÃO TÉCNICA GERAL (ITG) 2002 – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em: www.cfc.org.br/uparq/ITG%202002%20audiencia.doc. Acesso em: 15 de outubro de 2016.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos Terceiro Setor.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 236 p.
OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor).** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
_____. **Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor).** 3. ed. São Paulo: Atlas 2010.

NUNES, Andrea. **Terceiro setor: controle e fiscalização.** 2. ed. São Paulo: Método, 2006.

PAES, J. E. S.. **Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social: Aspectos Jurídicos, Administrativos, Contábeis, Trabalhistas e Tributários** 6. Brasília: Brasília Jurídica, 2010.

PEREZ, O. C. **A Representação em Arenas Extraparlamentares: Os Conselhos Gestores de Políticas.** 174 f. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde.../2010_OliviaCristinaPerez.pdf. Acesso em 18 de set. 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TORRES et. al. **Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor**: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul/dez, 2011. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufjr/article/view/1206/1142>. Acesso em: 15 de set. 2017.

ZITTEI, M. V. M.; POLITELO, L.; SCARPIN, J. E. Nível de Evidenciação Contábil de Organizações do Terceiro Setor. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 2, p. 85-94, 2016. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/41358/nivel-de-evidenciacao-contabil-de-organizacoes-do-terceiro-setor/i/pt-br>. Acesso em: 05 de set. de 2017.